



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Perfil da violência contra a mulher em Campos dos Goytacazes/RJ: Um levantamento de dados sobre os atendimentos realizados nos órgãos de proteção

Orientadora: Bianca Monteiro de Castro
Bolsista: Maria Victória Vieira de Azevedo Oviedo

ISECENSA

2024



SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------|----|
| RESUMO | 3 |
| ABSTRACT | 4 |
| INTRODUÇÃO | 5 |
| REVISÃO DE LITERATURA..... | 6 |
| MATERIAIS E MÉTODOS..... | 8 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 9 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 11 |
| REFERÊNCIAS..... | 14 |

RESUMO

A violência contra a mulher é um problema social de grande complexidade e relevância, afetando mulheres de diversas idades e estratos sociais. Em Campos dos Goytacazes/RJ, essa realidade se manifesta de maneira específica, exigindo uma compreensão aprofundada para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. O presente estudo teve como objetivo traçar o perfil da violência contra a mulher na região, analisando os tipos mais prevalentes de violência, a distribuição demográfica das vítimas e o perfil dos agressores, com base nos atendimentos realizados pelos órgãos de proteção do município. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, combinando dados quantitativos e qualitativos. Foram analisados registros de atendimentos do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) e da Subsecretaria de Políticas para Mulheres, além da aplicação de questionários com profissionais atuantes na rede de proteção, como assistentes sociais e psicólogas. Os dados revelaram que a violência psicológica e física são as formas mais recorrentes, afetando principalmente mulheres pardas e residentes na área central da cidade. Os resultados também evidenciaram desafios estruturais nos órgãos de proteção, como a necessidade de ampliação de orçamento para o CEAM e investimentos na capacitação de profissionais para um atendimento mais humanizado e eficiente. Dessa forma, espera-se que os achados desta pesquisa contribuam para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento da rede de proteção às mulheres, promovendo um ambiente mais seguro e equitativo para a população feminina da região.

Palavras-chave: violência contra a mulher, políticas públicas, Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

Violence against women is a complex and highly relevant social issue, affecting women of various ages and social backgrounds. In Campos dos Goytacazes/RJ, this reality manifests in a specific manner, requiring an in-depth understanding for the development of effective prevention and intervention strategies. This study aimed to outline the profile of violence against women in the region by analyzing the most prevalent types of violence, the demographic distribution of victims, and the profile of aggressors, based on the records from the municipality's protection agencies. The research adopted a mixed methodological approach, combining quantitative and qualitative data. Records of services provided by the *Centro Especializado de Atendimento à Mulher* (CEAM) and the *Subsecretaria de Políticas para Mulheres* were analyzed, alongside the application of questionnaires to professionals working in the protection network, such as social workers and psychologists. The findings revealed that psychological and physical violence are the most recurrent forms, primarily affecting brown-skinned women residing in the central area of the city. The results also highlighted structural challenges within protection agencies, such as the need for increased funding for CEAM and investments in professional training to ensure more humane and efficient services. Thus, it is expected that the findings of this research will contribute to the formulation of more effective public policies and the strengthening of the protection network for women, promoting a safer and more equitable environment for the female population of the region.

Keywords: violence against women, public policies, Campos dos Goytacazes.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma manifestação de grande relevância e complexidade que permeia diversas esferas da sociedade contemporânea. Suas manifestações, por vezes veladas, deixam marcas profundas na vida das mulheres, comprometendo não apenas sua integridade física, mas também seu bem-estar emocional e social. Esse problema transcende fronteiras geográficas e socioeconômicas, exigindo uma compreensão aprofundada e intervenções eficazes para sua prevenção e enfrentamento.

No contexto específico de Campos dos Goytacazes/RJ, a violência contra a mulher assumiu contornos particulares, motivando a realização desta pesquisa. O estudo, realizado em colaboração com a Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres, teve como objetivo traçar o perfil da violência contra a mulher na região, com base nos atendimentos realizados nos órgãos de proteção. A análise abrangeu os tipos de violência mais prevalentes, a distribuição demográfica das vítimas e o perfil dos agressores envolvidos.

A escolha desse tema foi respaldada por um conjunto de razões teóricas e práticas que convergiram para a necessidade premente de compreender e intervir nessas especificidades. A violência contra a mulher, além de violar os direitos humanos fundamentais, traz consequências profundas não apenas para as vítimas, mas para a sociedade como um todo. Portanto, a abordagem desse tema não se limitou a uma mera análise estatística, mas representou um compromisso com a promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e segura para todas as mulheres, em consonância com as diretrizes da Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres.

Neste contexto, a pesquisa teve como foco central o estudo dos atendimentos realizados nos órgãos de proteção em Campos dos Goytacazes/RJ, fornecendo uma compreensão mais precisa e embasada sobre a dinâmica da violência contra a mulher na região. A partir de uma abordagem metodológica que integrou elementos quantitativos e qualitativos, foi possível identificar padrões, características e nuances dessas ocorrências, contribuindo para a construção de estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes.

Nesse sentido, partiu-se do seguinte questionamento: qual é o perfil da violência contra a mulher em Campos dos Goytacazes/RJ, considerando os tipos mais prevalentes de violência, a distribuição demográfica das vítimas e o perfil dos agressores envolvidos?

A hipótese da pesquisa supunha que a violência contra a mulher na região fosse marcada por uma predominância de casos de violência doméstica e psicológica. Além disso, previa-se que a distribuição demográfica das vítimas refletisse uma ampla faixa etária, abrangendo tanto mulheres jovens quanto idosas, e que houvesse uma relação entre fatores socioeconômicos e incidência de violência. Quanto ao perfil dos agressores, a hipótese sugeria que muitos deles teriam vínculos familiares ou íntimos com as vítimas, enfatizando a necessidade de intervenções direcionadas a esses contextos.

Os resultados obtidos confirmaram diversas dessas premissas e trouxeram novas perspectivas sobre o fenômeno da violência contra a mulher na região. Dessa forma, esta pesquisa se insere em um contexto mais amplo de busca por equidade de gênero e promoção dos direitos das mulheres, estando diretamente alinhada com as iniciativas da Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres. Ademais, representa um passo fundamental na direção da construção de um Plano Municipal de Políticas para Mulheres e, conseqüentemente, de uma sociedade onde todas as mulheres possam viver livres de violência e discriminação.

REVISÃO DE LITERATURA

A violência contra a mulher é um problema social persistente que transcende aspectos econômicos e culturais. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um marco na proteção das vítimas, mas desafios ainda permanecem.

A violência contra a mulher pode assumir diversas formas, incluindo a violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral. Estudos indicam que a violência psicológica é uma das mais recorrentes e difíceis de ser denunciada, pois envolve intimidação, ameaças e manipulação emocional.

A persistência desse fenômeno pode ser explicada, em parte, pela naturalização de comportamentos agressivos e pela manutenção de posições desiguais de poder, o que perpetua o ciclo da violência (SAFFIOTTI, 2023). Esse aspecto estrutural evidencia a necessidade de abordagens que ultrapassem o âmbito legal e alcancem a desconstrução de normas sociais que legitimam a violência de gênero.

A utilização do conceito de gênero permite compreender as relações entre homens e mulheres como resultado dessa construção social. É preciso considerar que altos níveis de dependência emocional em uma parceira abusada podem reduzir a

probabilidade de uma pessoa vitimizada terminar o relacionamento (Bornstein, 2006). Além disso,

A violência, seja ela ocorrida em âmbito familiar ou comunitário, perpetrada ou tolerada pelo Estado, é compreendida como um dos principais obstáculos para a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de mulheres e meninas. Em 1995, o texto da Plataforma destacou que a discriminação e a violência eram uma realidade compartilhada pelas mulheres ao redor do mundo e as afetava em todas as fases da vida, atrapalhando o pleno desenvolvimento de meninas, a vida adulta e o envelhecimento digno de mulheres nos mais diversos contextos nacionais (Engel, 2015, p.3).

A agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), aplicada em 193 países-membro, incluindo o Brasil, contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas integradas e indivisíveis, ou seja, todas as ações devem ser aplicadas de forma a alcançar o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção do meio ambiente e, é possível destacar que, a proteção à mulher é contemplada, a considerar os ODS.

O ODS 5 busca “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, o que envolve eliminar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, bem como práticas nocivas como casamentos prematuros e mutilação genital feminina. Também busca-se reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, garantir a participação das mulheres na tomada de decisões, promover o acesso à saúde sexual e reprodutiva, garantir direitos iguais aos recursos econômicos, fomentar o uso de tecnologias para o empoderamento das mulheres e fortalecer políticas e legislações para promover a igualdade de gênero em todos os níveis.

A violência contra a mulher configura-se como uma das principais formas de violação dos Direitos Humanos, o que demanda uma atuação contínua do Estado e da sociedade para garantir a dignidade e a segurança das vítimas (Castro; Amaral, 2023). Nesse sentido, políticas públicas eficazes e permanentes são fundamentais para prevenir a violência e proporcionar melhor assistência às mulheres em situação de vulnerabilidade (Almeida et al., 2023).

Segundo Castro et al. (2023), a existência de uma rede de proteção eficiente é essencial para garantir o suporte adequado às vítimas. Contudo, muitos serviços enfrentam dificuldades, como a falta de capacitação profissional e recursos insuficientes

para a manutenção dos atendimentos. De acordo com Almeida et al. (2023, p.688):

torna-se relevante o desenvolvimento perene de políticas públicas, com a finalidade de prevenir episódios de violência contra a mulher e proporcionar uma assistência mais adequada às vítimas de violência doméstica (PINTO et al., 2017). Para isso, faz-se também necessário conhecer o perfil local dos casos de violência doméstica, adotando estratégias e formulando ações focadas nas necessidades e particularidades apresentadas por cada município (Coelho Et Al., 2019; Malanga; Bastos; Caldeira, 2020).

Em Campos dos Goytacazes/RJ, a criação do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) em 2021 representou um avanço significativo na política municipal de atendimento às mulheres vítimas de violência, mas não se pode negar que a violência contra a mulher continua a ser um dos desafios mais complexos enfrentados pela sociedade contemporânea. Por isso, apesar dos avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha, a implementação e a eficácia dessas medidas ainda encontram obstáculos significativos, comprometendo a proteção e o acesso à justiça para as vítimas (Lessa, 2007).

Sendo assim, a violência contra a mulher é um problema que afeta múltiplas dimensões da vida social e, academicamente, mostra-se uma temática interdisciplinar que, embora bastante discutida, revela novas nuances e lacunas a serem pesquisadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas para proporcionar uma compreensão aprofundada do perfil da violência contra a mulher em Campos dos Goytacazes. Inicialmente, foram coletados dados secundários junto a órgãos de proteção, como o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e a Subsecretaria de Políticas para Mulheres, a fim de mapear os tipos de violência mais recorrentes e os perfis das vítimas e agressores.

Além da análise documental, foram aplicados questionários estruturados e semiestruturados a profissionais atuantes na rede de proteção, incluindo a Subsecretária de Políticas para Mulheres, assistentes sociais e psicólogas do CEAM. O objetivo dessa etapa foi compreender os desafios enfrentados no atendimento às

vítimas e identificar possíveis lacunas nas políticas públicas existentes.

A análise qualitativa dos relatos permitiu identificar padrões de dificuldades enfrentadas pelas vítimas no acesso a medidas protetivas e na busca por assistência jurídica e psicológica. Já a análise quantitativa forneceu uma visão estatística detalhada da violência no município, possibilitando a correlação entre dados sociodemográficos e a incidência de diferentes tipos de agressão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência contra a mulher é um problema social persistente que afeta inúmeras vítimas anualmente. Em Campos dos Goytacazes, os últimos dados disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) apontam para um cenário alarmante, onde a violência psicológica e física representam as formas mais frequentes de agressão. Segundo os registros de 2022, foram contabilizados 825 casos de violência psicológica, caracterizada por ameaças, humilhações e manipulações emocionais, e 686 casos de violência física, incluindo agressões como socos e tapas. Também foram registrados 151 casos de violência sexual, 204 de violência patrimonial e 439 de violência moral, o que demonstra a amplitude do problema na região.

O descumprimento de medidas protetivas também se mostra um desafio crescente. No Estado do Rio de Janeiro, em 2022, foram registrados 3.587 casos de descumprimento de medidas protetivas de urgência, sendo 166 desses casos no Norte Fluminense. Em Campos dos Goytacazes, o crime de ameaça liderou as estatísticas, com 731 registros, seguido por 661 casos de lesão corporal e 360 de injúria. O feminicídio também apresentou um crescimento preocupante, passando de 4 casos em 2021 para 8 em 2022, um aumento de 100%.

O perfil das vítimas de violência na cidade revela que 46,7% das mulheres são brancas, 53,1% têm entre 30 e 59 anos, 46,5% são solteiras e 31,7% possuem ensino médio completo. Entre as vítimas de feminicídio, 37,5% eram pretas ou pardas, e 50% eram casadas ou conviviam com seus agressores. Esse perfil evidencia que a violência de gênero afeta mulheres de diversas classes sociais, mas que fatores como a dependência econômica e emocional podem aumentar a vulnerabilidade das vítimas.

A análise também demonstrou a importância da rede de proteção à mulher na cidade. O Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) e a Delegacia

Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) têm sido fundamentais no acolhimento das vítimas, mas ainda enfrentam dificuldades estruturais. A falta de profissionais capacitados, a burocracia nos atendimentos e o baixo efetivo da Patrulha Maria da Penha, que conta com apenas uma viatura para todo o município, são entraves para uma atuação mais eficaz.

Em Campos dos Goytacazes, município com aproximadamente 500 mil habitantes, existem apenas dois espaços dedicados ao atendimento de vítimas de violência. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar os serviços de suporte e proteção, a fim de atender de maneira mais eficaz à demanda e combater de forma efetiva a violência contra a mulher na região.

A criação do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) em 2021 representou um avanço significativo na formulação de políticas públicas e na produção legislativa voltada à proteção das mulheres no município. Os dados demonstram que a implementação do CEAM teve um impacto positivo na elaboração de leis municipais de amparo às vítimas de violência. Entre os anos de 2002 e 2021, foram promulgadas apenas cinco leis voltadas à proteção da mulher. No entanto, após a criação do CEAM, houve um expressivo crescimento na produção legislativa, com a promulgação de nove novas leis entre 2021 e 2023, conforme demonstra o **Quadro 1** abaixo:

Quadro 1: Leis e Decretos sobre proteção às mulheres em Campos dos Goytacazes/RJ

| ANO | LEI/DECRETO | DESCRIÇÃO |
|-------------|------------------------|--|
| 2002 | LEI Nº 7255 | Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher |
| 2005 | LEI Nº 7764 | Uso de espaços públicos para campanhas contra a violência à mulher |
| 2013 | LEI Nº 8509 | Instituição da nova política do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) |
| 2020 | LEI Nº 8990 | Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Femicídio |
| 2021 | CRIAÇÃO DO CEAM | |
| 2021 | LEI Nº 9082 | Programa Rota Maria da Penha para medidas protetivas |
| 2022 | LEI Nº 9199 | Campanha 'Sinal Vermelho' para pedidos de socorro contra a violência |
| 2022 | LEI Nº 9211 | Dia 25 de novembro como 'Dia Laranja' contra a violência |
| 2022 | LEI Nº 9244 | Notificação compulsória de violência doméstica ao CEAM |

| | | |
|------|----------------|---|
| 2023 | DECRETO Nº 220 | Cooperação técnica para a rede de enfrentamento à violência contra mulheres |
| 2023 | DECRETO Nº 382 | Criação da Subsecretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres |
| 2023 | LEI Nº 9268 | Criação do Observatório de Violência contra a Mulher |
| 2023 | LEI Nº 9305 | Comunicação obrigatória de violência em condomínios |
| 2023 | LEI Nº 9414 | Campanha 'Violência contra a Mulher, Jamais!' nas escolas municipais |

Fonte: Elaborado pelas autoras

Além disso, a violação de domicílio foi identificada como o crime mais recorrente contra mulheres na cidade, reforçando a necessidade de medidas mais efetivas de prevenção e atendimento às vítimas. Esses dados ressaltam a importância de fortalecer e expandir os serviços de acolhimento e proteção, garantindo um suporte adequado para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Os dados demonstram a necessidade de investimentos na ampliação da rede de atendimento, bem como no fortalecimento das medidas protetivas e na capacitação de profissionais. Também se faz essencial a implantação de programas preventivos que conscientizem a população sobre a gravidade da violência contra a mulher, promovendo a segurança e o empoderamento feminino. Diante desse panorama, é fundamental que políticas públicas sejam aprimoradas para garantir um suporte efetivo e reduzir a incidência desse tipo de violência na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher constitui uma das mais graves violações aos direitos humanos na contemporaneidade, afetando mulheres de diferentes idades, classes sociais e contextos culturais. Em Campos dos Goytacazes/RJ, essa realidade assume contornos específicos, exigindo uma análise detalhada para compreender não apenas a extensão do problema, mas também os fatores que o impulsionam e os desafios enfrentados na sua prevenção e combate. Esta pesquisa buscou delinear o perfil da violência contra a mulher na região, utilizando uma abordagem mista de análise

quantitativa e qualitativa, embasada nos atendimentos realizados nos principais órgãos de proteção.

O levantamento de dados revelou que a violência psicológica e a física são as manifestações mais comuns enfrentadas pelas mulheres no município. A maioria das vítimas atendidas possui ensino médio completo, sendo predominantemente pardas e residentes na região central da cidade. Esses aspectos indicam que, apesar das políticas públicas existentes, ainda há uma lacuna significativa no suporte e na assistência integral às mulheres que sofrem violência.

A criação do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) em 2021 representou um avanço na formulação de políticas municipais voltadas à proteção das mulheres, demonstrando o compromisso da gestão pública com a questão. No entanto, os dados coletados revelaram que, apesar da importância do CEAM, o serviço enfrenta desafios estruturais e financeiros, dificultando sua atuação plena. Um dos principais problemas identificados é a insuficiência de recursos para ampliar o atendimento e fortalecer a rede de proteção, necessitando de maior investimento e integração com outros setores públicos.

Os órgãos de proteção atuantes no município, como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Defensoria Pública, desempenham um papel essencial no suporte às vítimas, mas a pesquisa identificou entraves significativos no funcionamento desses serviços. O baixo efetivo, a falta de capacitação adequada dos profissionais e a burocracia excessiva foram apontados como fatores que dificultam o acesso à justiça e retardam a resolução dos casos. Além disso, a Patrulha Maria da Penha, que deveria atuar no acompanhamento e fiscalização de medidas protetivas, conta atualmente com apenas uma viatura para cobrir todo o município, tornando a fiscalização ineficaz e comprometendo a segurança das vítimas.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa foi a relação entre os perfis dos agressores e das vítimas. Em sua maioria, os agressores mantinham uma relação próxima com as vítimas, sendo cônjuges, companheiros ou ex-parceiros. Esse dado evidencia a predominância da violência doméstica como principal forma de violência contra a mulher na região, reforçando a necessidade de políticas de conscientização e empoderamento feminino para prevenção dessas situações.

A análise comparativa dos dados também permitiu identificar padrões e tendências que podem embasar novas estratégias de combate à violência. Observou-se que, em períodos de crise econômica e instabilidade social, os casos de violência tendem a aumentar, indicando a necessidade de intervenções públicas que envolvam

não apenas a segurança, mas também a assistência social e psicológica às vítimas. A integração entre diferentes órgãos e o fortalecimento da rede de proteção se mostram essenciais para oferecer suporte mais eficaz e reduzir a reincidência dos casos.

Foi possível identificar o perfil das assistidas, predominando mulheres com ensino médio completo, majoritariamente pardas, residentes na área central e enfrentando violência física e psicológica, geralmente perpetrada por cônjuges ou companheiros. Apesar de Campos ser o único município da região com uma rede completa de atendimento, composta por órgãos como DEAM, Defensoria Pública e Patrulha Maria da Penha, desafios como a insuficiência orçamentária, falta de capacitação profissional e integração entre os serviços ainda limitam a eficácia das ações.

Assim, pode-se perceber que, apesar dos avanços legislativos e da criação do CEAM, a rede de proteção à mulher em Campos dos Goytacazes ainda enfrenta desafios significativos. Os dados confirmaram a hipótese de que a violência psicológica e doméstica são as formas mais comuns, atingindo mulheres de diferentes idades e condições socioeconômicas, evidenciando a necessidade de um suporte mais abrangente. Além disso, a insuficiência de recursos e a falta de capacitação adequada dos profissionais foram identificadas como fragilidades que comprometem a eficácia dos atendimentos.

Dessa forma, conclui-se que, apesar dos avanços institucionais e legais, a realidade da violência contra a mulher em Campos dos Goytacazes ainda exige um olhar atento e intervenções mais efetivas. Diante desse cenário, torna-se essencial o investimento público na ampliação dos serviços para garantir um atendimento mais eficiente e acessível às vítimas. O fortalecimento da rede de atendimento, a ampliação do orçamento para serviços especializados e a capacitação contínua de profissionais são medidas fundamentais para avançar na erradicação desse problema. Por fim, destaca-se a necessidade de investimentos em campanhas educativas e políticas de prevenção, que possam atuar na raiz da questão e promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. de; ANDRADE, V. da S. .; BATISTA, C. A. da S.; GOMES, O. P.; ALVES, D. de A.; ALBUQUERQUE, G. de A.; BELTRÃO, I. C. S. L. de. Perfil da Violência Doméstica Contra a Mulher: Estudo em um Centro de Referência. Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde, [S. l.], v. 25, n. 5-esp., p. 688–692, 2022. DOI: 10.17921/14156938.2021v25n5-esp.p688-692. Disponível em: <https://ensaioseciencia.pgsscogna.com.br/ensaioseciencia/article/view/8792>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BORNSTEIN, R. A complexa relação entre dependência e violência doméstica: convergência de fatores psicológicos e forças sociais. O psicólogo americano , v. 61 6, p. 595-606, 2006.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. -20ª ed. -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASTRO, Isabella Gomes da Silva Muylaert Monteiro de; CASTRO, Bianca Gomes Da Silva Muylaert Monteiro de; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Perspectivas Históricas sobre Gênero e a Construção Social da Mulher. InterSciencePlace, [S. l.], v. 17, n. 5, 2023. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/index.php/isp/article/view/408>. Acesso em: 5 de outubro de. 2023.

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em 30/06/2023.

FURINI, Luciano Antonio; NASCIMENTO, Kadine. Desigualdade de Gênero e Violência Contra a Mulher: O Caso de Ourinhos (SP). Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v.10, n.2, p.185-205, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12892/209209212872>. Acesso em 28 de abril 2023.

LESSA, M. (2007). Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Lei “Maria da Penha” -Alguns comentários.

MACHADO, M. R. de A., & Prado, M. M.. (2022). Dimensões Institucionais da Igualdade de Gênero: o Caso Maria da Penha. *Revista Direito E Práxis*, 13(4), 2404– 2443.

MEDEIROS, Luciene A. "Quem Ama Não Mata": A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2011.

PASINATO, W.. Oito anos de Lei Maria da Penha.. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, p. 533–545, maio 2015.

SAFFIOTI, H. I. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 16, p. 115–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SOARES, Fernanda Heloisa Macedo; NEVES, Érica Roberta Pinto; CARLES Fabiana David. A Intervenção Estatal e Combate a violência Doméstica e familiar contra a mulher, *Revista Científic@*, 2018, Vol.5 (1), p.99-122. Disponível em: <https://doi.org/10.29247/2358-260X.2018v5i1.p99-122> Acesso em 09 de setembro 2023.